



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 7º PERÍODO - DATA: 18/04/2022

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D



Disciplina: Direito Administrativo II
Professor: Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 01

A imperatividade é o atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para seu cumprimento ou execução. Dispensam esse atributo os atos administrativos:

- a) normativos.
- b) punitivos.
- c) enunciativos.
- d) ordinatórios.

Questão 02

Um dos requisitos do ato administrativo é

- a) o objeto, elemento pelo qual todo ato administrativo deve estar dirigido ao atendimento de um interesse público.
- b) a finalidade, que se expressa no conteúdo, na alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar.
- c) a forma, vigorando no âmbito administrativo o princípio da liberdade das formas, diversamente do que ocorre no campo do direito privado.
- d) o motivo, que consiste na situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente público, quando este pratica o ato administrativo.

Questão 03

Atos administrativos eivados de vício de legalidade dever ser _____ pela própria administração.

- a) Retificados.
- b) Anulados.
- c) Revogados.
- d) Convalidados.

Questão 04

Considere os itens:

- I. Ato vinculado;
- II. Ato discricionário.

No que concerne aos itens apresentados,

- a) o item I submete-se a controle interno e externo; o item II a controle interno apenas, que é denominado autotutela.
- b) ambos se submetem a controle interno e externo, este exercido tanto pelo Poder Legislativo, por meio do Tribunal de Contas, como pelo Poder Judiciário.
- c) ambos se submetem a controle externo e interno, sendo o controle interno de menor amplitude e extensão que o externo, pois limitado a questões de conveniência e oportunidade.
- d) o item I submete-se a controle externo; o item II não, pois os atos discricionários, por envolverem juízo de conveniência e oportunidade, afastam o controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial V
Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler

Questão 05

Acerca dos crimes hediondos assinale a alternativa incorreta:

- a) O homicídio simples (art. 121, *caput* do CP) somente é hediondo em uma única hipótese: quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio. A vítima de um grupo de extermínio não é escolhida por ser pessoa A ou B, mas sim por ser portadora de certa característica que causa repúdio ao grupo infrator, formado por “justiceiros”, os quais entendem estar fazendo justiça “com as próprias mãos”, à margem da atuação estatal. Assim, basta que seja caracterizado por uma impessoalidade na escolha da vítima.
- b) O homicídio qualificado-privilegiado (figura híbrida) somente é possível se a qualificadora for objetiva. Ex.: o pai mata o estuprador da filha (motivo de relevante valor moral) usando fogo (qualificadora de natureza objetiva). Nesse caso, há precedentes do STJ afastando a hediondez.
- c) O rol dos crimes previstos na lei de crimes hediondos é meramente exemplificativo, ficando a cargo do julgador, definir quando o crime será hediondo.
- d) O STF já proclamou a inconstitucionalidade do regime inicialmente fechado obrigatório para os crimes hediondos (§1º do art. 2º). Assim, o magistrado pode fixar, se a pena permitir, um regime diverso do fechado para o início do cumprimento da pena.

Questão 06

(TJMG/2022) Com base na redação atual do artigo 112 da Lei n. 7210/1984, a pena privativa de liberdade será executada de forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

- I. 30% da pena
- II. 40% da pena
- III. 25% da pena
- IV. 20% da pena

() se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência a pessoa ou grave ameaça.

() se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência a pessoa ou grave ameaça.

() se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.

() se o apenado for reincidente em crime cometido com violência a pessoa ou grave ameaça.

Assinale a opção que apresenta a associação correta, segundo a ordem apresentada:

- a) III, IV, I e II.
- b) III, IV, II e I.
- c) IV, III, II e I.
- d) IV, III, I e II.

Questão 07

Com base na atual lei de abuso de autoridade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todos os crimes de abuso de autoridade descritos na Lei 13.869/19 são dolosos. Eventual conduta culposa do agente público poderá caracterizar ilícito administrativo ou civil, mas não infração penal. Além do dolo, os delitos de abuso de autoridade exigem o elemento subjetivo especial (dolo específico) consistente na “finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal”.

b) O crime de abuso de autoridade é próprio, pois somente pode ser praticado por agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território. O particular poderá concorrer para o delito se conhecer a condição funcional do autor, uma vez que a elementar “agente público” se comunica, na forma do art. 30 do Código Penal. O rol inserido no art. 2º é meramente exemplificativo.

c) Todos os crimes de abuso de autoridade são processados por ação penal pública condicionada, ou seja, depende de solicitação ou provocação da vítima.

d) Conforme o art. 5º, LXIV, da Constituição Federal, “o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial”. O caput do artigo 16 da lei de abuso de autoridade pune quem não se identifica, ou se identifica falsamente, ao preso durante sua captura, detenção ou prisão. Já o parágrafo único tem maior alcance, pois também pune quem atribui a si mesmo falsa identidade, cargo ou função.

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas I

Professora: Ronaldo Carvalho

Questão 08

À vista de todos e sem o emprego de qualquer tipo de violência, o pequeno agricultor Joventino adentra terreno vazio, constrói ali sua moradia e uma pequena horta para seu sustento, mesmo sabendo que o terreno é de propriedade de terceiros. Sem ser incomodado, exerce posse mansa e pacífica por 2 (dois) anos, quando é expulso por um grupo armado comandado por Clodoaldo, proprietário 3 do terreno, que só tomou conhecimento da presença de Joventino no imóvel no dia anterior à retomada. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) Como não houve emprego de violência, Joventino não pode ser considerado esbulhador.
- b) Clodoaldo tem o direito de retomar a posse do bem mediante o uso da força com base no desforço imediato, eis que agiu imediatamente após a ciência do ocorrido.
- c) Tendo em vista a ocorrência do esbulho, Joventino deve ajuizar uma ação possessória contra Clodoaldo, no intuito de recuperar a posse que exercia.
- d) Na condição de possuidor de boa-fé, Joventino tem direito aos frutos e ao ressarcimento das benfeitorias realizadas durante o período de exercício da posse.

Questão 09

Leonardo, proprietário de uma chácara, contratou Tadeu para trabalhar como caseiro, oferecendo-lhe moradia na propriedade onde o serviço deverá ser prestado. Nessa situação hipotética, caso ocorra o esbulho da posse da chácara durante uma viagem de férias de Leonardo, Tadeu:

- a) terá legitimidade para ingressar com ação possessória, porque detém a posse direta da chácara.
- b) terá legitimidade para ingressar com ação possessória, pois, nessa situação, a posse é pro diviso.
- c) terá legitimidade para ingressar com ação possessória, porque a situação fática constitui composses.
- d) não terá legitimidade para ingressar com ação possessória, uma vez que a sua posse é mera detenção.

Questão 10

Identifique as seguintes afirmativas sobre Posse e Propriedade como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Os atos violentos ou clandestinos não autorizam a aquisição da posse, justa ou injusta, mesmo depois de cessada a prática de tais atos ilícitos.
- () O detentor age como lhe determina o possuidor, havendo, entre ambos, uma relação de ordem, obediência e autoridade, razão pela qual ao primeiro não assiste o direito de invocar, em nome próprio, a proteção possessória.

- () A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- () O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha, sendo a pretensão reivindicatória imprescritível, embora possa esbarrar na usucapião, que pode, inclusive, ser alegada pelo possuidor em defesa.
- () O registro do título translativo confere presunção juris tantum de domínio, razão pela qual o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.
- a) F – V – F – V – V.
b) V – V – F – V – F.
c) F – F – F – V – V.
d) F – F – V – F – V.

Questão 11

Acerca dos direitos possessórios, assinale a opção correta.

- a) Segundo a jurisprudência do STJ, não é possível a posse de bem público, constituindo a sua ocupação sem aquiescência formal do titular do domínio mera detenção de natureza precária. Apesar disso, resguarda-se o direito de retenção por benfeitorias em caso de boa-fé do ocupante.
- b) Considere que dois irmãos tenham a posse de uma fazenda e que ambos a exerçam sobre todo o imóvel, nele produzindo hortaliças. Nesse caso, há a denominada composesse *pro diviso*.
- c) Na aferição da posse de boa-fé ou de má-fé, utiliza-se como critério a boa fé subjetiva, assim como ocorre em relação à posse justa ou injusta.
- d) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.

Disciplina: Direito Processual Civil III Professor: André de Paula Viana

Questão 12

Fernanda aluga seu escritório profissional no edifício Law Offices, tendo ajuizado ação em face de sua locadora, a fim de rever o valor do aluguel. Thiago prazo para a apresentação de réplica, ficou silente a parte autora. O juiz, ao examinar os autos para prolação da sentença, verificou não ter constado o nome do patrono da autora da publicação do despacho para oferta de réplica. Entretanto, não foi determinada a repetição do ato, e o pedido foi julgado procedente. Sobre o processo em questão, assinale a afirmativa correta.

- A - Se a ré alegar, em sede de apelação, a irregularidade da intimação para apresentação de réplica, deverá ser pronunciada a nulidade.
- B - Não havia necessidade de repetição da intimação para apresentação de réplica, já que o mérito foi decidido em favor da parte autora.
- C - Caso tivesse sido reconhecida a irregularidade da intimação para apresentação de réplica, caberia ao juiz retomar o processo do seu início, determinando novamente a citação da ré.
- D - Independentemente de ter havido ou não prejuízo à parte autora, a intimação deveria ter sido repetida, sob pena de ofensa ao princípio do contraditório.

Questão 13

Um advogado, com estudos apurados em torno das regras do CPC, resolve entrar em contato com o patrono da parte adversa de um processo em que atua. Sua intenção é tentar um saneamento compartilhado do processo.

Diante disso, acerca das situações que autorizam a prática de negócios jurídicos processuais, assinale a afirmativa correta.

- A - As partes poderão apresentar ao juiz a delimitação consensual das questões de fato e de direito da demanda litigiosa.
- B - As partes não poderão, na fase de saneamento, definir a inversão consensual do ônus probatório, uma vez que a regra sobre produção de provas é matéria de ordem pública.
- C - As partes poderão abrir mão do princípio do contraditório consensualmente de forma integral, em prol do princípio da duração razoável do processo.
- D - As partes poderão afastar a audiência de instrução e julgamento, mesmo se houver provas orais a serem produzidas no feito e que sejam essenciais à solução da controvérsia.

Questão 14

João ajuizou ação indenizatória contra Maria, postulando a condenação ao pagamento de R\$ 100.000,00 a título de reparação por danos materiais e R\$ 50.000,00 por indenização de danos morais, em razão do descumprimento de um contrato firmado entre eles, referente à compra e venda de dois imóveis, cujos valores eram R\$ 500.000,00 e R\$ 200.000,00. Maria, citada, apresentou contestação e reconvenção, pedindo a declaração de invalidade parcial do contrato relativo ao imóvel de R\$ 200.000,00, bem como a condenação de João ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 20.000,00. Diante de tal situação, assinale a opção que apresenta o valor da causa da reconvenção.

- A - O valor deve ser o mesmo da ação principal, qual seja, R\$ 150.000,00, por ser ação acessória.
- B - Não é necessário dar valor à causa na reconvenção.
- C - O valor deve ser de R\$ 220.000,00, referente à soma do pedido de declaração de invalidade parcial do contrato e do pleito de indenização por danos morais.
- D - O valor deve ser de R\$ 200.000,00, referente ao pedido de declaração de invalidade parcial do contrato, sendo o pleito de indenização por danos morais meramente estimado, dispensando a indicação como valor da causa.

Questão 15

Rafael e Paulo, maiores e capazes, devidamente representados por seus advogados, celebraram um contrato, no qual, dentre outras obrigações, havia a previsão de que, em eventual ação judicial, os prazos processuais relativamente aos atos a serem praticados por ambos seriam, em todas as hipóteses, dobrados. Por conta de desavenças surgidas um ano após a celebração da avença, Rafael ajuizou uma demanda com o objetivo de rescindir o contrato e, ainda, receber indenização por dano material. Regularmente distribuída para o juízo da 10ª Vara Cível da comarca de Porto Alegre/RS, o magistrado houve por reconhecer, de ofício, a nulidade da cláusula que previa a dobra do prazo.

Sobre os fatos, assinale a afirmativa correta.

- A - O magistrado agiu corretamente, uma vez que as regras processuais não podem ser alteradas pela vontade das partes.
- B - Se o magistrado tivesse ouvido as partes antes de reconhecer a nulidade, sua decisão estaria correta, uma vez que, embora a cláusula fosse realmente nula, o princípio do contraditório deveria ter sido observado.
- C - O magistrado agiu incorretamente, uma vez que, tratando-se de objeto disponível, realizado por partes capazes, eventual negócio processual, que ajuste o procedimento às especificidades da causa, deve ser respeitado.
- D - O juiz não poderia ter reconhecido a nulidade do negócio processual, ainda que se tratasse de contrato de adesão realizado por partes em situações manifestamente desproporcionais, uma vez que deve ser respeitada a autonomia da vontade.

Disciplina: Direito Processual Penal I
Professor: André de Paula Viana

Questão 16

O princípio processual que impede que o cidadão venha a ser preso provisoriamente, de forma desnecessária, é conhecido como:

- A - correlação
- B - juiz natural
- C - ampla defesa
- D - não culpabilidade

Questão 17

O princípio da ampla defesa no processo penal, de acordo com a Constituição Federal, aplica-se a todos os brasileiros:

- A - sem distinção de qualquer natureza
- B - e estrangeiros amparados por tratados de reciprocidade
- C - natos
- D - e estrangeiros residentes no país

Questão 18

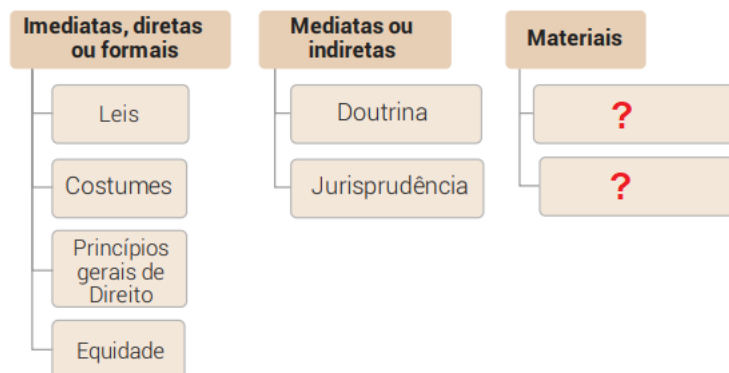
São princípios constitucionais explícitos do processo penal:

- A - ampla defesa e intervenção mínima;
- B - presunção de inocência e lesividade;
- C - intervenção mínima e duplo grau de jurisdição;
- D - presunção de ino

Disciplina: Direito Agrário
Professor: André de Paula Viana

Questão 19

Em análise a classificação das fontes do Direito Agrário complete as lacunas correspondentes as Fontes Materiais.



- A – Políticas Agrárias e Políticas de Desenvolvimento
- B – Políticas referentes a Reforma Agrária e Políticas Ambientais
- C – Políticas Agrárias e Políticas Agrícolas
- D – Políticas Ambientais e Políticas Agrárias

Questão 20

A Lei n.º 8.629/1993, ao tratar da ordem de preferência na distribuição de lotes no processo de seleção de indivíduos e famílias candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária por projeto de assentamento, estabelece que, para a parcela na qual se situe a sede do imóvel que tenha sido objeto de desapropriação para fins de reforma agrária, terá preferência

A – o cidadão que resida há mais tempo no município em que se localize a área objeto do projeto de assentamento.

B – o trabalhador rural vítima de trabalho em condição análoga à de escravo.

C – a família mais numerosa cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área objeto do projeto de assentamento.

D – o desapropriado, devendo, nessa hipótese, tal situação ser considerada no cálculo da indenização devida pela desapropriação.

Questão 21

A Lei 4.504 de 31/11/1964 (Estatuto da Terra) regula os contratos de parceria rural. Em relação a eles, é incorreto dizer:

A - É vedado, sem exceção, contrato de parceria na exploração de terras de propriedade pública.

B - O prazo dos contratos de parceria, desde que não convençionados pelas partes, será no mínimo de três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita pendente.

C - Depois de expirado o prazo, se o proprietário não quiser explorar diretamente a terra por conta própria, o parceiro, em igualdade de condições com estranhos, terá preferência para firmar novo contrato de parceria.

D - O proprietário assegurará ao parceiro que residir no imóvel rural, e para atender ao uso exclusivo da família deste, área suficiente para horta e criação de animais de pequeno porte.

Disciplina: Responsabilidade Civil

Professora: Ronaldo Carvalho

Questão 22

José e Pedro são vizinhos e José é dono de um cachorro de porte grande. Por esse motivo, José instalou grades ao redor de sua casa, fechadura no portão e colocou uma placa de “cão bravo” de frente para a calçada. Certo dia, enquanto o filho de Pedro brincava no quintal, a bola caiu na propriedade de José. Acreditando que o cachorro o reconheceria por serem vizinhos de longa data, Pedro entrou no quintal de José para pegar a bola enquanto este não estava em casa e acabou sendo atacado pelo animal, causando-lhe ferimentos graves. Pedro ajuizou uma ação buscando indenização pelos danos. Levando em consideração a situação hipotética descrita, assinale a alternativa correta.

a) Considerando que o comportamento do cachorro foi inesperado, já que Pedro e José eram vizinhos de longa data, José deverá indenizar Pedro apenas pelos danos morais causados pelo animal.

b) Não há responsabilidade civil, tendo em vista que a culpa foi exclusiva da vítima.

c) A responsabilidade do dono do animal é objetiva, existindo, portanto, a responsabilidade civil.

d) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, sendo afastada a responsabilidade somente nos casos de força maior.

Questão 23

Considere as seguintes situações:

- (I) João é um famoso estilista e foi contratado pela marca ER para o desenho da coleção de inverno. Apesar de constar expressamente no contrato a cláusula de exclusividade, a marca ER vendeu os modelos para outra empresa antes mesmo de realizar o pagamento dos serviços prestados;
- (II) Letícia, residente em Jundiaí, anunciou a venda de seu sofá e sua geladeira na internet, e José, residente em Campinas, interessado na compra, foi até a casa de Letícia, que, antes mesmo de receber a oferta de preço por José, se recusou, sem motivos, a vender os móveis;
- (III) Carolina ofereceu carona gratuitamente à sua amiga Camila para a faculdade; no trajeto, sofreram um acidente por culpa grave de Carolina, e Camila foi internada por dez dias.

De acordo com a doutrina majoritária, assinale a alternativa que corresponde às possíveis responsabilidades da marca ER, de Letícia e de Carolina, respectivamente.

- a) Contratual, extracontratual, e pós-contratual.
b) Extracontratual, não há responsabilidade e não há responsabilidade.
c) Pós-contratual, não há responsabilidade e pré-contratual.
d) Contratual, pré-contratual e extracontratual.

Questão 24

Ao planejar uma exodontia, um cirurgião-dentista não tinha percebido que estava observando a radiografia pelo lado contrário. Durante o procedimento, extraiu equivocadamente o dente contralateral do paciente, que não tinha indicação para ser extraído

Com relação à responsabilidade civil e criminal do odontólogo, nessa situação hipotética, esse cirurgião-dentista pode ser responsabilizado:

- a) apenas criminalmente, pelo crime de lesão corporal.
b) apenas civilmente, por infração ao Código de Ética Odontológica.
c) civilmente, pelo crime de lesão corporal, e criminalmente, pelo crime de dano.
d) civil e criminalmente, respectivamente pelo dano cometido e pelo crime de lesão corporal.

~~~~~

Barreiras e obstáculos existem para serem superados, e assim, aumentar nosso conhecimento e experiência para conquistarmos nossos sonhos.